respectivos direitos ou transgressão de posturas ou regulamentos sobre cobrança e fiscalização dos mesmos impostos, é o estabelecido no decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1894, sendo instruído e julgado, mesmo no que respeita a penalidades, pelas entidades e tribunais que o referido decreto estabelece para o descaminho e transgressão respeitantes aos impostos do Estado.

§ único. O descaminho e transgressão mencionados neste artigo são punidos pela forma e com as penalidades estabelecidas no decreto a que este artigo se refere.

Art. 17.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Direcção Geral da Segurança Pública

Decreto n.º 13:590

Sendo certo que os considerandos que precedem o decreto n.º 13:431 podem e devem entender-se com as restantes polícias do país;

E considerando igualmente que urge remediar tal falta;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extensiva às diferentes corporações policiais dos distritos do continente da República a doutrina do decreto n.º 13:431, de 7 de Abril de 1927, publicado no *Diário do Governo* n.º 72, 1.ª série, da mesma data.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Portaria n.º 4:871

Em virtude da portaria n.º 4:854 foram cedidos ao cabido da Sé Metropolitana de Évora, constituído em cor-

poração encarregada do culto público católico, vários bens, entre eles a sala capitular, nos termos e para os efeitos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926;

Contra a cedência desta e de quaisquer outros dos bens compreendidos na portaria de 20 de Agosto de 1913, reclamou a inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais, com fundamento de que por esta portaria e naquela data, haviam sido entregues a referida sala capitular e demais bens constantes da mesma à Biblioteca Pública de Évora;

Considerando que sobre tal reclamação foi ouvida a Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, que a julgou procedente:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que fique declarada sem efeito a portaria n.º 4:854, publicada no *Diário do Governo* n.º 77, 1.ª série, de 18 de Abril de 1927, tam somente na parte que se refere à cedência da sala capitular e quaisquer outros bens dos compreendidos na portaria de 20 de Agosto de 1913, que assim é considerada em pleno vigor.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1927.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 13:591

Em virtude da autorização consignada no § único do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 13:587 de 11 Maio de 1927;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros da Justiça, Finanças e Colónias:

Hei por bem decretar o seguinte, que constitui a regulamentação do mencionado decreto com força de lei n.º 13:587:

Artigo 1.º É estabelecido no continente da República o regime livre para o fabrico, importação e venda de tabaco nas condições e com as restrições constantes dos artigos seguintes.

Regime de importação

Art. 2.º Os tabacos em fôlha importados ficam sujeitos ao pagamento de um direito aduaneiro de 1\$40, ouro, por cada quilograma, pêso líquido.

Os direitos aduaneiros para as mercadorias abaixo designadas são os seguintes, por quilograma:

Papel de fumar em *bobines* \$10, ouro; *bobines* de fita para pontas de cigarros \$30, ouro; composições ou matérias simples destinadas a dar aos tabacos perfume ou paladar especiais \$10, ouro.

Proceder-se há à apreensão das composições ou matérias simples, se por análise promovida pela alfândega se provar que são nocivas à saúde do consumidor, sendo applicável ao infractor a multa de 90\$, ouro (£ 20).

As espécies vegetais diferentes do tabaco ficam excluídas da designação «matérias simples», sendo-lhes applicável o disposto no § 2.º do artigo 46.º

§ 1.º A determinação do pêso líquido tributável do tabaco em fôlha será feita descontando-se do respectivo pêso bruto as seguintes taras: para barricas, 15 por